

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

61 A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília

Apagamento das mulheres em catálogos arquitetônicos

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

A permanência dos “quartos de empregada” em Brasília

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

O ACOLHIMENTO SOCIAL DA MULHER INDÍGENA NO BRASIL E ASPECTOS HABITACIONAIS O CASO DE DOURADOS (MS)

Maitê Campos Vieira

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em uma análise sobre a situação da mulher indígena no Brasil com ênfase na sua condição de vítima de violência. Para isso, procura-se descrever aspectos da história dos povos indígenas no Brasil para uma melhor compreensão do quadro atual do atendimento às mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade no estado do Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

violência; mulheres; indígenas; mulheres indígenas; demarcação de terras indígenas; habitação indígena.

INTRODUÇÃO

Dados da Casa da Mulher Brasileira (CMB) indicam que os procedimentos de atenção às mulheres indígenas representam menos de 1% do total de atendimentos oferecidos. Em meio às 23.157 mulheres atendidas na instituição, de 15 de fevereiro de 2015 a 21 de junho de 2019, apenas 144 eram indígenas. Elas representam menos de 2% do total de denúncias referentes às mulheres brancas, por exemplo (8.727 casos). Segundo a ONU, as mulheres são as principais vítimas da violência cometida nas comunidades indígenas em todo o mundo.

Subnotificada, a violência doméstica contra mulheres indígenas é problema invisível, ainda pouco discutido e encontra espaço limitado na agenda e nas iniciativas desses equipamentos. As instituições de apoio não conseguem alcançar a realidade das mulheres indígenas por diversos fatores: falta de estrutura, descaso ou barreiras culturais e linguísticas.

Por isso, existe uma demanda por instituições de apoio voltadas especificamente para essas mulheres, muitas vezes esquecidas pela sociedade. Instituições que ofereçam o suporte necessário em casos de violência, ofereçam *workshops* educativos, rodas de conversas para trocas de informação e debates, entre outras iniciativas.

Edith Martins Guarani, liderança indígena da Aldeia Jaguapiru em Dourados, município do estado de Mato Grosso do Sul (MS), viajou até Campo Grande, capital do mesmo estado, para denunciar a violência sofrida pelas mulheres. Quando tomam a iniciativa de denunciar, relatou a indígena Guarani e Kaiowá, as mulheres não encontram estrutura. Edith ainda salientou não haver meio de locomoção para atendimento a essas mulheres, enfatizando ser essa uma de suas necessidades¹.

Segundo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) do ente federado, foram realizados 15 mil registros de violência contra mulheres em Mato Grosso do Sul no ano de 2021, resultando em quase 43 mulheres vítimas de alguma agressão por dia no estado e duas mulheres por hora.

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de contribuir com o debate referente ao atendimento às mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade no estado do Mato Grosso do Sul. Inicialmente, são identificados aspectos históricos e culturais

1. Devido à definição utilizada por muitos autores e outros trabalhos realizados sobre esses grupos, o termo Guarani neste artigo se refere aos indígenas da etnia Guarani Nandeva, e apenas Kaiowá, para os índios da etnia Guarani Kaiowá.

referentes aos povos indígenas no Brasil. Em seguida, serão apresentadas, de forma breve, informações referentes à situação de violência e privações a que estão submetidas as mulheres indígenas dentro e fora das aldeias nos dias atuais.

Espera-se que, a partir das reflexões apresentadas, seja possível contribuir para um novo olhar para a questão da violência de gênero que, em geral, é associada aos ambientes urbanos e raramente é tematizada no que concerne a segmentos étnicos específicos.

1. OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS VULNERABILIDADES

Estima-se que, na época dos “descobrimentos”, havia cerca de 5 milhões de indígenas espalhados pelo país. Hoje, os descendentes dos primeiros habitantes do Brasil formam um contingente que representa cerca de 0,47% da população brasileira. De acordo com o censo do IBGE (2010), há 896.917 indígenas no país, sendo que, desse total, cerca de 60% vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas pelo governo federal.

Atualmente, os indígenas enfrentam uma situação extremamente complexa no que se refere à violência. Os ataques ocorrem de diversas formas, seja contra seu patrimônio ou contra a pessoa. Diariamente, são relatados casos envolvendo abuso de poder, violência sexual, ameaça de morte, racismo, discriminação e homicídios. Em muitas dessas ocorrências, constata-se a omissão do poder público. Embora, pela Constituição Federal de 1988, o Estado seja o responsável pela segurança dos indígenas e pela proteção de suas terras, há décadas tais obrigações não têm sido cumpridas adequadamente.

Com relação à violência contra o patrimônio, segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas (2020, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados), totalizando o registro de 1.191 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas naquele ano.

Cabe ressaltar que, das 1.299 terras indígenas no Brasil, 832 (64%) apresentam alguma pendência do poder público para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Dessas 832, um total de 536 terras não tiveram ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. Além disso, no ano de 2020 houve o registro de 263 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 23 estados. Em relação a 2018, houve um aumento de 141% de casos do tipo. Essa forma de violência infelizmente continua a crescer e o tema não tem recebido a devida atenção das organizações governamentais².

As diferentes formas de violência praticadas contra os indígenas e suas comunidades estão, na maioria dos casos, diretamente associadas à disputa pela terra. Em relação à violência contra a pessoa, foram registrados os seguintes dados em 2020 abuso de poder (14); ameaça de morte (17); ameaças várias (34); assassinatos (182); homicídio culposo (16); lesões corporais dolosas (8); racismo e discriminação étnico-cultural (15); tentativa de assassinato (13); e violência sexual (5); totalizando o registro de 304 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2020. Esse total de registros é maior do que o registrado em 2019, que foi de 277. Também houve aumento considerável no número de assassinatos registrados. Em 2020, 182 indígenas foram assassinados no país, número 61% maior do que o registrado em 2019. Infelizmente, constata-se que, em 2020, a população indígena do Mato Grosso do Sul (segunda maior do país) continuou sendo alvo de constantes e violentos ataques, em que há até mesmo o registro de práticas de tortura, inclusive de crianças.

O número total registrado de casos de “violência por omissão do poder público” no mesmo ano foi de 267 casos. Embora não tenham registrado aumento em relação ao ano anterior, os dados se mantêm em um patamar elevado quando comparados aos anos imediatamente anteriores ao início do governo Bolsonaro.

O Cimi obteve da SESAI (Secretaria Estadual de Saúde Indígena) dados parciais de mortalidade na infância indígena. Houve aumento nos registros de mortalidade infantil (crianças de 0 a 5 anos), que saltaram de 591, em 2018, para 776 em 2020. Os registros mais numerosos foram de 250 casos no Amazonas; 162 em Roraima; e 87 no Mato Grosso. Os registros nas outras

2. A respeito da demarcação das terras indígenas no Brasil, é importante ressaltar que o tema tem sido amplamente discutido em decorrência da discussão sobre a tese do “marco temporal”. Trata-se de uma interpretação jurídica que pode alterar profundamente a política de demarcação de terras indígenas no país. Essa matéria está sendo objeto de análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

categorias em 2020 foram: desassistência geral (51); desassistência na área de educação escolar indígena (23); desassistência na área de saúde (82); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (11); e morte por desassistência à saúde (10), totalizando 177 casos.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

A violência contra as mulheres indígenas no Brasil vem crescendo assustadoramente. O problema é muito sério, em escala global: de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2010, as mulheres são as principais vítimas da violência praticada contra a população indígena no mundo. Dessa forma, segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência 2019³, ocorreu um crescimento de 30,7% nos homicídios contra as mulheres no país nos anos de 2007 a 2017.

3. BRASIL. Atlas da violência 2019 (2019).

Disponível em:



A desigualdade racial também está presente, agravando o problema: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% de 2007 a 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras e indígenas cresceu 29,9%. Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, apontam que, de 2007 a 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, e a maioria das vítimas tinha de 10 a 19 anos. As indígenas sofrem, também, maior risco de serem estupradas do que outras mulheres. Segundo relatório da ONU, mais de uma em cada três mulheres indígenas são estupradas ao longo da vida.

Além das dificuldades que toda mulher que sofre violência enfrenta para denunciar a agressão, como medo, vergonha e falta de acolhimento, as mulheres indígenas ainda deparam com uma série de outros obstáculos. Para elas, a desinformação sobre seus direitos, as barreiras do idioma e as grandes distâncias para chegar até pontos de atendimento são obstáculos, muitas vezes, intransponíveis.

É necessário também observar o descaso dos espaços públicos e o despreparo de suas equipes, que precisariam se “indigenizar” para atender com mais eficiência e qualidade a esse segmento da população. Esse quadro indica um cenário complexo, que faz com que a mulher indígena não chegue às delegacias.

Uma das questões mais importantes, quando se trata de serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, diz respeito à questão do idioma. A Casa da Mulher Brasileira, quando inaugurada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, contava com a presença de duas tradutoras indígenas para as línguas dos povos Guarani e Terena, as duas maiores etnias no estado. “É diferente você chegar lá e se deparar com uma parente sua, que pode conversar com você. Isso é acolher e encoraja a mulher”, disse Silvana Terena, então subsecretária estadual de Políticas Públicas para a População Indígena, em depoimento ao sítio eletrônico do projeto social CASA1.

Infelizmente, desde 2017, a pendência na renovação de contratos impossibilitou a manutenção do serviço. A Casa da Mulher Brasileira reúne serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência e foi criada em 2013 pela então Presidente da República, Dilma Rousseff, no âmbito do programa “Mulher: Viver sem Violência”, que deveria ser implementado em todos os 26 estados e no Distrito Federal até o fim de 2018, mas só chegou a sete estados.

Nota-se que não se trata apenas de uma questão de comunicação. O atendimento à mulher indígena vítima de violência em sua própria língua é essencial para que se realize um atendimento humanizado, minimizando a dor de quem já acumula muito sofrimento. O idioma é a base da identidade de um povo. Respeitar essa premissa é fundamental no momento em que se atendem pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

É importante também mencionar que os casos de feminicídio de indígenas, por sua dupla condição, étnica e de gênero, não têm a mesma cobertura da mídia e não mobilizam, da mesma forma, a opinião pública. Mulheres e meninas indígenas, no Brasil, vivem um cotidiano de discriminação e violência. A falta de visibilidade da mulher indígena é uma das faces mais cruéis de uma sociedade que tem, sistematicamente, virado as costas para essa população.

A importância do respeito ao território tradicional ecoa também em outras vozes. Braulina, indígena da etnia Baniwa, em uma entrevista de 2017 à ONG Mulheres Brasil afirmou:

É a partir do território que a gente mantém o sistema tradicional de formação e educação cultural. O território é o espaço de

cada povo, é lá que mantemos a relação espiritual com a nossa terra mãe. No cenário nacional para povos indígenas, lutamos pela garantia de direitos conquistados, evitando os retrocessos. Uma das principais reivindicações de mulheres indígenas é o território, pois é a partir dele que discutimos e reivindicamos as políticas públicas para nós. Como cuidar da inserção de produtos industrializados, como o álcool, que tem aumentado muito? Na minha região (Rio Negro — São Gabriel da Cachoeira), muitas meninas foram violentadas e não sabemos a quem recorrer. Temos perdido alunos, professores, por violências praticadas por pessoas que não são indígenas. É como se a mulher estivesse sempre errada, ela que não deveria estar naquele lugar naquele momento. Este nunca é considerado um problema do homem. A gente denuncia, mas ainda somos pouco assistidas por parte do Estado⁴.

4. Disponível em:



Acesso em: 20
dez. 2019

2.1. O CASO DO MATO GROSSO DO SUL

Com 80 mil indígenas, o Mato Grosso do Sul é a unidade da Federação com a segunda maior população desse grupo étnico no país. Segundo matéria publicada no jornal *Amazônia: Notícia e Informação*, em 28 de novembro de 2016, as ocorrências de violência contra a mulher indígena têm aumentado sistematicamente. De acordo com o levantamento do jornal, de 2010 a 2016, esse aumento foi da ordem de 495%. Em 2010, o número era de 104 agressões físicas. Já em 2014, foram relatadas 619 agressões. Em 2016, o levantamento da Secretaria de Segurança Pública do estado mostrou que o número de denúncias de violência contra a mulher na região cresceu 23,1% no primeiro semestre em relação ao mesmo período em 2015.

Dourados, a segunda maior cidade sul-mato-grossense, apresenta dados ainda mais alarmantes: além de figurar como o segundo município brasileiro com os maiores registros de todos os tipos de violência contra as mulheres indígenas, lidera o *ranking* do abuso sexual contra elas no país: foram 31 casos em 2017 — cerca de metade de todas as ocorrências registradas no estado naquele ano.

Os indicadores de Dourados levam o Mato Grosso do Sul a ser o estado com maior número absoluto de ocorrências de violência sexual contra mulheres indígenas, com quase o dobro dos registros

de qualquer um dos estados da Amazônia brasileira. Desde 2012, Dourados é o município onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil. Quem vive e estuda essa realidade considera que o cenário pode ser ainda pior, devido à subnotificação. A falta de estruturas adequadas para receber denúncias e acolher as mulheres vítimas faz com que o número de casos reportados seja significativamente inferior ao número real de ocorrências. O Relatório Estatístico do Poder Judiciário sobre Femicídio, no que se refere a dados de 2019, aponta que 14% dos casos desse tipo de crime envolveram vítima ou agressor indígena, ao passo que a população indígena representa apenas 3% da população sul-mato-grossense, conforme dados do IBGE.

Diante desse quadro, as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul buscam usar seus espaços de articulação coletiva, como o Kuñangue Aty Guasu, a grande assembleia das mulheres Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, realizada anualmente, para discutir o tema da violência contra as mulheres e formas de enfrentamento.

Inúmeras são as dificuldades no caminho das mulheres indígenas vítimas de violência em direção à denúncia. “São poucas as mulheres que falam ‘hoje chega’. Por medo de ameaças, de tirar seus filhos de casa, de não ter onde morar. A coisa mais difícil que tem é a violência contra a mulher aqui dentro da aldeia”, ressalta a agente de saúde Maria de Fátima Cavalheiro, indígena Guarani e moradora da aldeia Bororó, de 41 anos. Como seu trabalho envolve visitar as pessoas, hoje, procura orientar mulheres que estão na mesma situação. Em muitas famílias, relata, os homens ocupam o papel de provedor financeiro, e isso dificulta ainda mais o enfrentamento ao problema.

Além disso, quando as mulheres decidem procurar as autoridades, novos obstáculos aparecem. Um deles é a dificuldade de deslocamento até a instituição de apoio ou delegacia mais próxima. Os ônibus circulam em poucos horários e por rotas limitadas. Assim, as mulheres dependem basicamente de seus próprios veículos, sejam motos, carroças e bicicletas. “Para a mulher sair daqui e ir à delegacia, muitas vezes ela não tem o transporte”, aponta a assistente social indígena Tatiane Martins, funcionária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para ela, quando uma vítima consegue chegar à delegacia, “é porque fez um esforço danado, teve uma força de vontade enorme para ir lá, fazer uma denúncia”, e é de extrema importância que esse registro ocorra.

A lei determina a criação de casas-abrigo para acolhimento das mulheres em situação de violência, mas, na maioria dos casos, nesse processo, elas são duplamente vitimizadas. Além disso, certas circunstâncias não são levadas em consideração, como a distância dessas instituições em relação às aldeias e a separação dessas mulheres de sua família.

De acordo com a avaliação da delegada Paula Aline Vieira Garcia, titular da Delegacia de Apoio à Mulher, é necessário oferecer instituições mais humanizadas, que levem em consideração o olhar da mulher, sua cultura, suas circunstâncias e necessidades. Diz ela:

Às vezes, pensamos muito na proteção da mulher, mas acho que está faltando um pouco o olhar da dignidade. Como essa mulher se sentiria mais dignamente atendida? Mandando ela para uma casa-abrigo lá em Campo Grande? É difícil, temos que nos colocar no lugar dessas pessoas.

No ano de 2017, foi criado o projeto “ônibus lilás”, que circulava no Mato Grosso do Sul. Esse ônibus tinha intuito de recolher denúncia de mulheres indígenas vítimas de violência e oferecer suporte e informações necessárias a elas. Apesar disso, esse equipamento era itinerante e não foram encontradas notícias recentes a respeito de seu funcionamento. O local precisa de uma instituição fixa voltada para essas mulheres.

2.2. A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS (RID)

A criação da Reserva Indígena de Dourados (RID), assim como as demais, possuía como intuito delimitar uma área para a população indígena da região. Atualmente há três diferentes etnias coabitando a reserva, sendo elas: os Guarani Ñandeva, os Guarani Kaiowá e os Terena.

Amenizar os conflitos de terras entre os indígenas e os *karai* — palavra Guarani para denominar os colonizadores — e liberar territórios de interesse à população não indígena foram os principais motivos para o direcionamento dos indígenas às reservas. A partir do momento em que foi editada a legislação que instituía as reservas, definindo aquele território de uso exclusivo dos povos indígenas, as demais áreas antes habitadas por esses

povos passaram ao poder do governo, que as terceirizava sem que os indígenas pudessem questionar.

A estratégica locação das reservas indígenas, próximas aos novos distritos urbanos, tinha como função integrar esses povos à sociedade envolvente, já que suas terras foram limitadas, dificultando o plantio, caça e pesca. A perda de seus hábitos tradicionais tornou-se a maior dificuldade na nova área, já que esse território não atendia às necessidades culturais e referentes às tradições.

A Reserva Indígena de Dourados foi fundada no ano de 1917, então denominada Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, e possuía uma área de 3.600 ha. Porém, ao homologar essa demarcação em 1965, sua área foi reduzida para 3.539 ha, a qual atualmente conta com uma área de 3.475 ha. Esses dados revelam o descaso com as terras indígenas, que, mesmo estando sob a tutela do governo, tiveram sua área de concessão reduzida.

Originalmente, a reserva deveria abrigar apenas a etnia Kaiowá, que predominava sobre esse território. Apesar disso, no século XIX, devido à Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos Terena perderam suas terras. Posteriormente, a exploração dos ervais, principalmente da erva-mate laranjeiras, levou também a etnia Guarani a se deslocar aos arredores da região. Dessa forma, durante a formação da reserva, além da etnia Kaiowá, os Guarani e os Terena também foram direcionados para esse espaço.

A grande diferença cultural entre esses grupos indígenas fez com que as etnias se dividissem dentro do território, ocasionando a partilha da reserva em duas aldeias: Bororó e Jaguapiru.

A aldeia Jaguapiru é habitada principalmente pela etnia Terena, a qual ocupa a área leste da reserva onde há maior relação com a cultura não indígena. A rodovia que transpassa a reserva tem seu percurso dentro da aldeia Jaguapiru, caracterizando essa área por sua densidade habitacional na qual se concentra maior parte das edificações comerciais e institucionais. A aldeia Bororó é povoada em sua grande maioria pela etnia Kaiowá, a qual sempre buscou manter uma vida mais reservada.

Dessa maneira, a ocupação da área oeste da reserva mantém certo distanciamento da cultura urbana. A etnia Guarani habita ambas as aldeias. Devido ao fato de serem um grupo mais aberto às tradições não indígenas, conseguem se relacionar com mais facilidade com o grupo Terena.

3. OS POVOS TERENA E GUARANI

Para compreender mais sobre os povos Terena e Guarani, é necessário retroceder na linha temporal para o século XVIII, quando surgem os primeiros relatos históricos dos colonizadores sobre esses grupos. Antes das chegadas dos colonizadores, todo o território nacional pertencia às populações indígenas, que eram divididas em suas diferentes comunidades, possibilitando um amplo território de ocupação por esses povos.

Os primeiros relatos apresentam os indígenas separados em aldeias dispersas por um vasto território, que possuíam relações que possibilitavam o intercâmbio entre as diferentes comunidades. Com a chegada dos colonizadores e a formação dos primeiros assentamentos, houve uma mudança das aldeias para as proximidades desses espaços, ocasionando um maior contato entre esse grupo e a população não indígena e aumentando, assim, a procura de produtos industrializados. Isso acarretou uma grande perda dos valores culturais e tradições indígenas.

A Guerra do Paraguai foi um dos eventos mais marcantes na história da população Terena, já que o campo de batalha desse conflito armado foi grande parte de seu território. Esses indígenas viram na aliança com as tropas brasileiras o único modo de proteger suas terras. Apesar de terem lutado incessantemente em defesa de suas terras, ao fim da guerra muitas aldeias haviam sido devastadas por essas batalhas e grande parte de suas áreas foram tomadas pelas novas colônias.

A instalação das linhas telegráficas e em seguida a construção da Ferrovia Noroeste, implantadas sobre território indígena, fizeram com que ocorresse novamente o contato entre os indígenas e os *karai*. Os Terena, já conhecidos por serem hábeis trabalhadores, foram empregados na construção de ambas as companhias. Apesar disso, muitos deles não aceitavam a tomada de seus territórios, o que acarretou vários conflitos.

Após essa série de acontecimentos, surgiram novas colônias sobre o atual território do Mato Grosso do Sul, com o intuito de abrigar novas áreas para o agronegócio, sendo incentivadas pelo governo. Devido ao fato de os indígenas não possuírem registros legais de seus territórios, o direito de posse era concedido aos novos fazendeiros. Isso ocasionou, para os Terena, a perda de praticamente todas as suas terras indígenas. A invasão de suas

propriedades fez com que surgissem diversas disputas por áreas entre os indígenas e os fazendeiros, ocasionando, também, uma série de conflitos e resultando em muitas mortes.

Em função desse cenário, o governo precisou intervir, criando, assim, o Sistema de Proteção ao Índio (SPI), definindo os territórios destinados à população indígena através da construção de reservas e passando-os à tutela do governo. Apesar disso, o SPI não tinha a responsabilidade de proteger os povos indígenas; sua missão era “civilizá-los”. Por isso, a implantação das reservas próximas às novas colônias fez com que houvesse interferência direta na cultura e tradição desse povo.

Os povos Kaiowá e Guarani, não diferente de diversos outros grupos, possuem suas histórias marcadas por conflitos e explorações sobre suas terras. Os primeiros relatos dos povos indígenas sobre o atual estado do Mato Grosso do Sul apresentam as etnias Guarani como principal grupo que ocupava esse território. Como já mencionado, a Guerra do Paraguai, seguida das colonizações e a exploração dos ervais, afetaram diretamente esses povos.

Os conflitos e invasões sobre as áreas indígenas dificultaram a tentativa desses dois grupos de manter uma relação mais distante dos *karai*, que utilizavam os indígenas como mão de obra para a exploração das terras. A Companhia Erva Matte Laranjeira, que empregou uma grande quantidade de indígenas em suas campanhas de exploração, foi um exemplo claro de como a mão de obra indígena dentro das fazendas enfraqueceu a organização social das aldeias.

Os constantes deslocamentos das áreas de exploração fizeram com que esses grupos se distanciassem e perdessem as relações com suas aldeias, que acabavam sendo tomadas pelos novos fazendeiros. Devido ao fato de serem considerados povos menos capazes intelectualmente, os povos Guarani e Kaiowá ocupavam os cargos de trabalho mais braçais, relacionados com o corte da lenha, colheita das folhas e transporte dos sacos dos ervais. Esses serviços prestados pelos indígenas eram muitas das vezes pagos com roupas, alimentos e principalmente ferramentas para o trabalho no campo.

Mesmo que os grupos indígenas denunciasses a exploração sobre seus povos e a tomada de suas terras, os órgãos responsáveis por sua proteção não desempenhavam seu papel de tutela. Devido

aos vários conflitos entre os indígenas e os *karai*, a partir de 1915, o SPI iniciou a demarcação das reservas, e parte significativa foi destinada aos grupos Guarani e Kaiowá. Para esses grupos, que possuíam uma forte relação com as terras e tradições, não havia nesses novos assentamentos a relação com seu *tekoha*, palavra em Guarani que quer dizer “o lugar onde somos o que somos”.

4. O HABITAR INDÍGENA

As habitações indígenas podem influenciar a produção arquitetônica brasileira contemporânea de diversas formas, desde o uso de técnicas construtivas que são passadas de geração a geração, até releituras das formas das casas para proporcionar conforto térmico e praticidade estrutural.

A falta de relatos e desenhos documentados pelos povos indígenas é uma das grandes dificuldades de retratar os movimentos históricos e seus períodos de origem. Os registros existentes são trabalhos desenvolvidos pelos exploradores e pesquisadores que relatavam seus contatos com os povos indígenas.

O arquiteto e escritor Portocarrero (2010), em sua obra “Habitação — Tecnologia indígena em Mato Grosso”, apresenta as análises sobre a pesquisa de Castro Faria (1951), o qual, através de ilustrações, retrata as primeiras habitações indígenas. A habitação tinha sua construção através das folhagens e materiais da natureza, desempenhando sua função de abrigo. A evolução de suas técnicas diferenciava os vários grupos indígenas, os quais apresentavam modelos distintos entre si. As construções de suas edificações possuíam como característica a planta base em forma retangular, redonda ou ogival, tendo como aspecto típico a composição íntegra de seu fechamento com cobertura contínua até sua base. A edificação possuía uma única abertura de acesso.

O contato com os colonizadores ocasionou alterações nas construções indígenas que se refletem até hoje na forma de construir, habitar e analisar a arquitetura. A elevação da cobertura e a construção de paredes representa uma das principais modificações da técnica construtiva. Castro Faria observa que a alteração da cobertura-parede para cobertura elevada, com a construção de parede de fechamento, caracteriza um elemento externo às tradições indígenas, refletindo influência das técnicas construtivas dos colonizadores europeus.

A visão de mundo do colonizador persiste também na concepção de que a tecnologia avançada é entendida como aquela *high tech*, ou seja, baseada em um ideal progressista e supostamente universal. Mas o que deve ser visto, sobretudo nos países latino-americanos, como tecnologia avançada?

Os indígenas possuem uma maneira muito sensível de conceber sua arquitetura. Sua relação do habitar com a natureza vai muito além da utilização de materiais construtivos. Portocarrero (2010) apresenta alguns pesquisadores que relataram a associação das estruturas da edificação indígena com a anatomia do corpo humano ou animal. Essas denominações nos ajudam a entender a relação do indígena com os processos construtivos. Os pilares sustentam a estrutura como as pernas sustentam o corpo, as vigas de sua estrutura servem como elemento de apoio para o fechamento assim como a costela protege e veda nossos órgãos. A base possui seu contato com o solo, assim como nossos pés. A palha cobre e protege a edificação assim como o cabelo protege nossa pele. Essas relações prosseguem com base nas características e funções dos elementos.

Restam hoje, na RID, poucas edificações construídas seguindo a técnica do pau a pique, técnica construtiva que utiliza a terra crua como principal componente, juntamente com madeira, bambu ou cipó, para criar uma trama que sustentará a construção.

Algumas dessas moradias encontram-se na aldeia Bororó e são habitadas por indígenas Kaiowá. Algumas dessas casas possuem uma varanda externa com estruturas de madeira e cobertura com fechamento em palha. A edificação principal, com planta retangular, possui suas estruturas em madeira, chão de terra batida, cobertura com fechamento em palha e lona e paredes construídas com a técnica de pau a pique.

A falta de matéria prima adequada para a construção das casas acaba por dificultar suas finalizações, já que materiais como a terra utilizada nos fechamentos das paredes são provenientes de outras áreas, acarretando maiores custos. Segundo relato dos moradores, essas casas possuem ótima condição térmica, favorecendo o bem-estar interno sem a necessidade de aparelhos mesmo nos dias de calor.

No ano de 2004, devido ao já existente problema de déficit habitacional, o governo federal financiou a construção de

unidades habitacionais dentro da RID, rompendo, assim, com as tradições indígenas construtivas.

Conhecidos por possuírem características sociais mais abertas a outros povos, principalmente aos modos de vida dos *karai*, o constante contato entre o grupo Terena e os não indígenas alterou significativamente o modo de habitar desse povo dentro da RID.

Esse afastamento da cultura indígena fez com que os Terena possuíssem relações socioeconômicas divergentes dos Kaiowá e dos Guarani. A aceitação da cultura e das tradições dos *karai* e a inserção no mercado de trabalho urbano são características que possibilitaram o maior poder econômico desse grupo. Essa diferença social é notada ao relacionarmos as edificações de membros da etnia Terena com as edificações dos demais grupos indígenas.

Atualmente, grande parte das edificações contruídas dentro da Reserva Indígena de Dourados segue o sistema construtivo das estruturas em concreto, alvenarias em tijolo cerâmico, cobertura em madeira e fechamento em telha cerâmica. Esse modo de edificar é conhecido popularmente como “sistema construtivo convencional”. O emprego de muitos indígenas como mão de obra no setor da construção civil, principalmente por parte dos Terena, fez também com que houvesse uma maior capacitação no domínio de técnicas construtivas dentro da reserva.

Durante os movimentos de expansão em direção à Região Oeste no Brasil e a tomada dos territórios indígenas, iniciaram-se diversos conflitos entre os indígenas e os *karai*. A intervenção imediata dos órgãos do governo por meio do Serviço de Proteção aos Índios acabou por delimitar áreas destinadas às diferentes etnias. Apesar disso, essas novas áreas não possuíam nenhuma análise sobre os modos de vida indígenas e suas necessidades. Os territórios escolhidos para a implantação das reservas não apresentavam as características do *tekoha*. Os Kaiowá, cultura que sempre tentou manter-se distante das relações com os não indígenas, utilizavam os recursos da natureza para sua sobrevivência. Ao serem redirecionados para a reserva, onde não havia tantas matas e rios, tiveram seu modo de vida alterado, dificultando suas necessidades básicas.

A falta de materiais, a escassez de campos, a dificuldade de relacionar-se com os *karai* e outros fatores causaram a essa etnia

um déficit habitacional, uma vez que possuíam menos recursos econômicos. Grande parte do desenvolvimento dentro da reserva ocorreu na aldeia Jaguapirú, área habitada principalmente pela etnia Terena, que sempre foi notada por possuir um melhor relacionamento com os *karai* e serem hábeis trabalhadores. O contato com a cultura não indígena e a inserção nos moldes da vida na cidade fizeram com que esse grupo alterasse seus costumes e modo de habitar.

Os índices de violência contra a mulher não foram os únicos a crescer assustadoramente. Há diversos relatos sobre casos de assaltos ou mesmo de assassinatos. Levantamento do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF-MS) com números do Ministério da Saúde reflete essa percepção: de 2012 a 2014, a taxa de homicídios entre os indígenas da região de Dourados foi de 101 vítimas a cada 100 mil habitantes — quase o dobro da taxa de homicídios de indígenas no Mato Grosso do Sul, que é de 55,9. Para comparação, os homicídios entre a população geral no estado são cerca de um quarto da taxa na reserva, 26,1 a cada 100 mil. A média brasileira é de 29,2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua origem, os povos indígenas possuíam sua organização por meio do aldeamento, onde grupos familiares viviam e compartilhavam da mesma área. A falta de espaço físico, pela redução de suas reservas, e a perda das tradições, pelo contato indiscriminado com a sociedade envolvente, fizeram com que o modo de agrupamento dentro da reserva de Dourados fosse substancialmente alterado, ao longo dos anos.

Essa limitação da área ocupada é o que determina a atual dinâmica da vida na reserva: tradicionalmente, os Guarani e Kaiowá se dividiam em grandes casas coletivas, distantes quilômetros umas das outras, onde vivam famílias extensas. Hoje, a organização das aldeias se dá pelas famílias cujos núcleos vivem próximos, mas se dividem em casas separadas — cujas características não remetem às referências culturais indígenas —, menores e muito mais próximas umas das outras do que originalmente. Famílias extensas que não necessariamente possuem afinidades entre si são obrigadas a conviver em uma área de tamanho extremamente limitado.

Sem a análise devida de tais alterações no modo de viver dos indígenas da reserva de Dourados, não se pode compreender a gama de problemas psicológicos e sociais que acometem esses povos, na atualidade. Questões como alcoolismo, abandono das tradições, falta de conhecimento de seus direitos, pobreza, fome, suicídio e diversas formas de violência, com destaque para a violência contra a mulher indígena, passaram a fazer parte do cotidiano das aldeias.

As informações levantadas na presente pesquisa permitem verificar que mulheres indígenas representam um segmento particularmente vulnerável daquela região. Tendo em vista que a questão da violência de gênero tem ocupado um espaço cada vez maior no campo da pesquisa e na agenda de entidades governamentais e não governamentais, entende-se, pela análise realizada, ser necessário e urgente que, em todo o país, políticas públicas estruturadas, que incluam instituições especializadas para o acolhimento da mulher indígena, sejam planejadas e implementadas.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL. **Pesquisa revela uma década de violência contra mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira.** Disponível em: amazoniareal.com.br/pesquisa-revela-uma-decada-de-violencia-contra-mulheres-indigenas-em-sao-gabriel-da-cachoeira. Acesso em: 2 jan. 2022.

ARCHDAILY. **Arquiteturas originais brasileiras.** Disponível em: www.archdaily.com.br/br/956191/arquiteturas-originais-brasileiras?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 17 dez. 2021.

ARQUITETANDO DOURADOS MS. **Taxas 2022.** Disponível em: arquitetandodouradosms.blogspot.com. Acesso em: 5 jan. 2022.

BRASIL. **Atlas da violência 2019.** / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

CAMPO GRANDE NEWS. **Violência contra mulher indígena equivale a menos de 1% das denúncias.** Disponível em: www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/violencia-contra-mulher-indigena-equivale-a-menos-de-1-das-denuncias. Acesso em: 9 jan. 2022.

CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO. **Relatório Cimi: violência contra os povos indígenas no Brasil tem aumento sistêmico e contínuo.** Disponível em: cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistemico-e-continuo. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. **A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi.** Disponível em: cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi. Acesso em: 22 dez. 2021.

FARIA, Castro. **Origens culturais da habitação popular no Brasil.** Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Secção de Antropologia, n. 12, 1951.

FOLHA DE SP. **Vítimas de violência doméstica, mulheres indígenas tropeçam em distância e idioma para denunciar.** 4 mar. 2020. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/vitimas-de-violencia-domestica-mulheres-indigenas-tropecam-em-distancia-e-idioma-pa-ra-denunciar.shtml. Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **As lutas das mulheres indígenas e negras para serem ouvidas e respeitadas.** Disponível em: www.socio-ambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/as-lutas-das-mulheres-indigenas-e-negras-para-serem-ouvidas-e-respeitadas. Acesso em: 2 jan. 2022.

JORNALISTAS LIVRES. **Violência contra as mulheres indígenas.** Disponível em: jornalistaslivres.org/violencia-contra-as-mulheres-indigenas. Acesso em: 19 dez. 2021.

KANINDÉ — ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL. **Mulheres indígenas e as formas modernas de violência contra a mulher.** www.kaninde.org.br/mulheres-indigenas-e-as-formas-modernas-de-violencia-contra-a-mulher. Acesso em: 5 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Resistência:** os desafios das mulheres indígenas no Brasil. Disponível em: observatorio3setor.org.br/carrossel/resistencia-os-desafios-das-mulheres-indigenas-no-brasil. Acesso em: 12 dez. 2021.

PONTOURBE — REVISTA DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA URBANA DA USP. **Mulheres indígenas:** diálogo sobre a vida na cidade. Disponível em: journals.openedition.org/pontourbe/672. Acesso em: 3 jan. 2022.

PORTOCARRERO, Jose Afonso Botura. **Tecnologia Indígena em Mato Grosso:** Habitação. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2010.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES — MS. **Violência doméstica e feminicídio contra a mulher indígena.** Disponível em: www.cnj.jus.br/artigo-violencia-domestica-e-femicidio-contra-a-mulher-indigena; Acesso em: 22 dez. 2021.

_____. **Violência doméstica contra mulheres indígenas.** Disponível em: www.naosecale.ms.gov.br/violencia-domestica-contra-mulheres-indigenas. Acesso em: 22 dez 2021.

_____. **Casa da Mulher Brasileira.** Disponível em: www.naosecale.ms.gov.br/casa-da-mulher-brasileira. Acesso em: 23 dez. 2021.

TOPOGRAPHIC-MAP.COM. **Dourados.** Disponível em: pt-br.topographic-map.com/maps/gi6g/Dourados. Acesso em: 4 jan. 2022.

WEBGIS. **Dourados.** Disponível em: geodourados.dourados.ms.gov.br. Acesso em: 9 jan. 2022.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

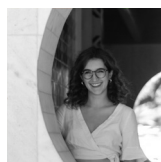
Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

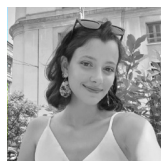
Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

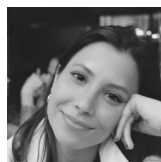
Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

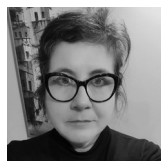
Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

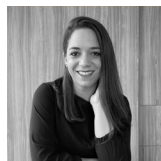
Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

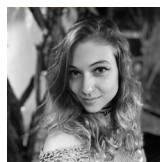
Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

spls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

